

## O NEOLIBERALISMO ECONÔMICO

Regina H. O. Martins\*

O trabalho de Génèreux *O horror político. O horror não é econômico* aborda a questão do liberalismo e do neoliberalismo econômico de maneira muito interessante, contribuindo – conforme veremos - para pensarmos teoricamente questões que nos permitem outras formas de análise sobre a complexa sociedade contemporânea, sobretudo aquela relacionada à “inevitabilidade” do sistema neoliberal e, conseqüentemente, à premissa do “Fim da História”. Critica ainda, com muita ênfase e pertinência, o trabalho de Viviane Forreter questionando se o horror é realmente “econômico” e, a partir dessa questão, aponta que ao culpar a economia, são escamoteadas as verdadeiras razões do horror social ao qual estamos submetidos.

O discurso em que se baseia toda a literatura econômica do neoliberalismo aponta para a inevitabilidade do processo econômico atual e para as regras inflexíveis do mercado mundial; exemplificando:

“Vivemos uma crise mundial! É preciso adaptar-se às restrições impostas pelo mercado que um dia, passada a crise, o liberalismo vai acabar com o desemprego, com a pobreza”;

“Não há solução fora da economia neoliberal”;

“Não há nada que se oponha à visão neoliberal, já que a ela não se consegue apresentar qualquer alternativa.”

---

\* Pós-doutoranda em Sociologia da FCL – UNESP – Araraquara.

### *Estudos de Sociologia*

“A queda do mundo socialista só serve para demonstrar que a única possibilidade é o capitalismo.”

Tanto Bourdieu como Génèreux acertadamente afirmam que a globalização é uma farsa, um mito, e que a questão é muito mais política do que econômica. Entendem que, ao absorvermos (através da mídia e da repetição dos discursos daqueles que detêm o controle econômico ou político) os conceitos de globalização ou mundialização, estamos paralelamente cultivando uma certa mitificação do mercado e de suas forças, de forma a justificar a omissão dos mercados nacionais junto a forças ocultas e superiores, neutralizando assim qualquer possibilidade de ação do Estado e conseqüentes reações sociais.

A globalização é um mito no sentido forte do termo, um discurso poderoso, uma “idéia-força”, uma idéia que tem força social, que realiza a crença. É a arma principal contra as conquistas do *welfare state*. (Bourdieu, p.48)

Prosseguindo no raciocínio, Génèreux enfatiza o atrelamento do interesse coletivo à globalização, uma vez que ela precipita as empresas em uma situação econômica de concorrência inédita na qual em seu discurso e prática, supõe a queda nos custos de produção, o que implica necessariamente na redução efetiva dos empregados e dos salários; em resumo, “a exclusão social dos indivíduos menos qualificados e a degradação das condições de trabalho dos outros assalariados são os instrumentos prioritários do sucesso econômico – a obsessão pelo ‘desengorduramento’ (Génèreux, p.12).

Para sustentar esse processo de exclusão social, as forças políticas e de mercado recorrem às estratégias de precarização – leia-se instabilidade –, isto é, ao temor que ela suscita nas mais diversas camadas produtivas. Está introduzido o terreno que propicia a propagação daquilo que genericamente denomina-se “flexibilidade”.

## Regina H. O. Martins

Uma vez estabelecida a concorrência internacional, indubitavelmente, está intrínseca a competição na própria empresa. Desta forma a manutenção do emprego está associada à questão da “flexibilidade”, ou seja, a submissão do trabalhador aos modos mais arcaicos do patronato<sup>1</sup>. Contudo, esse ideal arcaico é revestido pela falsa idéia de modernidade – são hasteadas bandeiras de progresso, razão e ciência (economia). São através desses ideais arcaicos que se constitui uma revolução conservadora, que se estabelece como norma para todas as práticas: as regras ideais, as regularidades reais do mundo econômico entregue à lógica e a alegada lei de mercado – a lei do mais forte. À retomada de uma espécie de capitalismo radical – que visa o lucro máximo, racionalizado, e a eficiência econômica através de formas modernas de dominação – é dado o nome de “mercado financeiro”. Nessa esfera a globalização é real, já que através da diminuição de controles jurídicos e do aprimoramento dos meios de comunicação modernos – e, conseqüentemente, a diminuição dos custos de comunicação – o trajeto conduz a um mercado financeiro unificado, contudo não homogêneo. A coação estrutural é exercida através da estrutura do campo mundial, o que gera a esses mecanismos aparentes inevitabilidade e fatalidade. A posição que um determinado Estado ocupa na estrutura da distribuição do mercado financeiro é o que definirá a política desse mesmo Estado.

A absoluta movimentação de capitais torna praticamente impossível a condução de uma política monetária nacional independente. “Entre a selvageria do capitalismo primitivo e a selvageria totalitária, inventara-se a ‘democracia de mercado’ ” (Généreux, p.10).

Façamos rapidamente um breve diagnóstico dos graves problemas que assolam o mundo contemporâneo:

- o crescimento e o progresso tecnológico acabam com o emprego; o trabalho que antes era um meio de interação social do indivíduo, hoje, com o desemprego, já não cumpre esse papel de interação social, e uma parcela crescente da população encontra-se excluída do emprego e da distribuição da renda;

### *Estudos de Sociologia*

- a economia de mercado gera a miséria do mundo; a globalização, sem sombra de dúvidas, é um processo de exclusão;
- o Estado já não pode, ou não quer, fazer nada por seus cidadãos, como bem o demonstram a crise na previdência social, a falta de assistência médica e as restrições nas verbas dedicadas à educação, à habitação etc.

É evidente que esses problemas acima descritos são incompatíveis com uma sociedade considerada “democrática”; incompatíveis porque este mundo de horror não é o mundo desejado pela maioria dos cidadãos, mas tolerado por todos. É nessa perspectiva que Génèreux nos questiona: Como é possível democraticamente viver em uma sociedade que não escolhemos? Será que a democracia política não passa de uma imagem idealizada que dela guardamos?<sup>2</sup>

A resposta, conforme Génèreux, recai sobre a nossa responsabilidade pessoal e coletiva. Contudo, para nos eximirmos dessa culpa, encontramos bodes expiatórios e os responsabilizamos: a globalização, os especuladores, os políticos corruptos etc. Segundo Bourdieu, através da repetição desse discurso – especialmente pela mídia – as pessoas tendem a absorver como verdade essa premissa do neoliberalismo. Génèreux complementa essa idéia afirmando que, ao incorporar esse discurso, é reiterada a nossa própria inocência perante os meios de “escolha” do processo político. Mas será que escolhemos viver neste mundo de horror?

A resposta é paradoxal na medida em que está diretamente relacionada à submissão dos governos aos desejos da maioria dos eleitores. Se os índices de pobreza e desemprego são baixos, por que efetuar uma política de erradicação desses problemas, já que a maioria não é atingida, e portanto, essa postura arrecadaria votos nas urnas? “Esse é o primeiro grau do horror político: é a recusa a partilhar nas sociedades que estão cada vez mais ricas” (Génèreux, p.24-25).

Essa recusa em partilhar nos faz repensar posições políticas por nós adotadas e que estejam vinculadas às resoluções imediatas,

Regina H. O. Martins

ou melhor, ao discurso sobre essas medidas políticas que consideramos prioritárias sobre outras: a questão ambiental por exemplo, que acabamos relegando a um segundo plano em relação a outros problemas que assolam o nosso país - a fome, a miséria, a violência, o desemprego etc. Qual será a proporção da destruição ambiental necessária para percebermos que determinada medida política não necessariamente exclui outras medidas?

Retomando Génèreux, esse primeiro erro – a falta de solidariedade – tem como conseqüência uma desigualdade social que vai se acumulando no decorrer dos anos, cujos efeitos acabam pesando no bem estar da maioria. Assim, entre as estratégias políticas adota-se a “estratégia da deterioração”, isto é, deixar que esses problemas assumam um nível de horror muito alto, a partir do qual uma suficiente maioria se disponha a aderir às políticas de erradicação e a pagar o preço necessário por elas. No entanto, essa postura pode ser irreversível, caso se leve muito tempo na busca de soluções.

Aqui temos outro impasse: onde se situa o limite da tolerância? Até que ponto os maus efeitos do egoísmo precisam chegar para que as pessoas se convençam dos benefícios de uma sociedade mais solidária? Não se sabe até onde o insuportável é suportável.

É preciso considerar ainda que os representantes políticos quase sempre não fazem aquilo que gostariam. Eles estão sujeitos às leis de um mercado político – não a um mercado econômico e nem aos mercados financeiros – e estão submetidos à tirania do mercado político, que constitui o segundo grau de horror político.

A princípio, não é o efeito das ambições políticas que ofusca as exigências da nação, mas o resultado lógico da competição democrática. (Génèreux, 76-77)

São as imposições do mercado político que interferem na aceitação ou rejeição de determinada medida política por um governo, ainda que desejada pela coletividade e que possa ser desastrosa a longo prazo e agravada ainda mais se executada medida

### *Estudos de Sociologia*

mera e momentaneamente popular. Uma boa parte das medidas populares são, na verdade, inexecutáveis; dessa forma os representantes políticos fazem muita cena e executam reformas de pequeno alcance, o que lhes exime de críticas sobre a inércia e impotência de seus mandatos, já que tentou-se resolver o problema; simultaneamente apontam outras causas que justifiquem essa impotência: a crise mundial, a globalização etc. Voltamos aqui à velha questão da mitificação como instrumento fortalecedor do Estado omissivo. Com isso, temos outra questão a responder: até que ponto não preferimos fingir que acreditamos nesse discurso a ter de pagar o preço de uma política solidária?

Se por um lado temos uma gritante maioria dos cidadãos que efetivamente deseja uma sociedade mais solidária, por outro, o retardamento na adoção de posturas solidárias resulta em que uma minoria tenha que arcar com o ônus dessa solidariedade. Assim, vemos instalado mais um impasse: o custo da solidariedade social acaba interpondo-se a um anseio autêntico da maioria dos cidadãos.

Como alternativa, Génèreux afirma que a maioria descontente tem que traduzir sua insatisfação em debates democráticos, na tentativa de firmar-se como sólida e contundente expressão de recusa coletiva.

Enquanto ninguém trazer à tona a questão de saber em que mundo queremos viver e em que mundo não queremos viver, os cidadãos ficam condenados ao mutismo. Não têm mais espaço democrático, nem representantes para exprimir suas recusas e suas aspirações (Génèreux, 115).

Para a restauração do interesse dos cidadãos pelo debate político e pela credibilidade dos políticos responsáveis, Génèreux propõe que toda escolha política e todo homem público estejam submetidos a três princípios: transparência, avaliação independente e responsabilidade.

## Regina H. O. Martins

A transparência requer não informações *a posteriori* sobre as reformas executadas, mas que haja discussões prévias sobre as medidas mais importantes: a mudança deve partir das normas de comportamento e não das execuções.

O princípio da *avaliação independente*<sup>3</sup> impediria as análises parciais, seja do governo, seja da oposição. O conhecimento da opinião pública sobre os projetos engavetados e portanto sobre a ineficácia de representantes políticos poderia, conseqüentemente, encorajá-los a atuações mais audaciosas. Esses dois princípios – a transparência e a avaliação independente – por si só não garantem plenamente a restauração e a credibilidade da classe política, é necessário o terceiro princípio – o da responsabilidade<sup>4</sup> – para complementá-los.

Ao mesmo tempo, para Bourdieu o que está em jogo hoje é a reconquista da democracia contra a tecnocracia. Salienta aquilo que denomina como tirania dos “especialistas” (Banco Mundial, FMI e outras instituições) ou seja, a imposição inquestionável dos interesses dos mercados financeiros, não abrindo espaço para negociações ou discussões, mas dando “explicações” (leia-se discurso neoliberal). Bourdieu propõe a ruptura com a nova fé da inevitabilidade histórica professada pelos teóricos do liberalismo, através da invenção de novas formas de um trabalho político e coletivo capaz de levar em conta necessidades, principalmente econômicas (isso pode ser tarefa dos especialistas), mas para combatê-las e, se for o caso, neutralizá-las.

O Estado encontra-se num processo de *involução*, isto é, está mais direcionado à repressão do que às funções sociais propriamente ditas. Para resistir à involução do Estado, o movimento social deve buscar apoio nas pastas sociais que priorizam a coesão social e que ao mesmo tempo se oponham aos financistas que só dão prioridade às coerções da globalização (Bourdieu, p.48).

Para combater a economia dominante é preciso aplicar-lhe as suas próprias armas, isto é, partindo da lógica do interesse mais amplo, a política estritamente econômica não se restringe ao contexto econômico – gerando insegurança das pessoas e dos bens, e

### *Estudos de Sociologia*

portanto, gerando custos com a segurança, com policiamento<sup>5</sup>. É necessário questionar se é melhor considerar os lucros provenientes de uma sociedade associada a atividades ou os custos resultantes do desemprego em massa ou da precariedade generalizada.

Evidentemente, a violência estrutural imposta pelos mercados financeiros apresenta sua contrapartida: as delinquências, crimes, drogas, violência urbana, isto é, *a lei da conservação da violência*. (Bourdieu, p.56). Como uma das soluções, Bourdieu sugere a criação de um Estado Supranacional, relativamente autônomo em relação às forças econômicas mundiais e às forças políticas nacionais e que seja capaz de desenvolver a dimensão social das instituições européias. Esse é o primeiro passo para a constituição de um Estado supranacional mundial. Contudo, acreditamos que Bourdieu, nesse caso, esteja mais preocupado em resolver a competição entre EUA e Europa e menos na elaboração de uma alternativa direta para criação desse Estado supranacional mundial.

Finalmente, como vimos, o discurso dominante do neoliberalismo se impõe de maneira permanente e insidiosa, e produz, por impregnação, uma verdadeira crença. Assim, os referidos autores nos sugerem que, como intelectuais, nos cabe analisar a produção e a circulação desse discurso<sup>6</sup>. Nesse aspecto Génereux afirma que, além de produzir informações e conhecimentos, o nosso dever é fazer com que esse trabalho circule numa esfera mais ampla e que todos têm, por inúmeros motivos, sua parcela de responsabilidade pelo desastre coletivo; no entanto, a parcela é maior para aqueles que vislumbraram o futuro tenebroso e nada fizeram para alterá-lo; portanto, é necessário que esse conhecimento seja partilhado com os outros, na tentativa de demonstrar-lhes a importância de uma mobilização.

BOURDIEU, P. *Contrafogos*, tática para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FORRESTER, V. *L'horreur économique*, Edições Fayard Paris, França, 1996.  
*O horror econômico*, Tradução de Álvaro Lorencine. Editora UNESP, São Paulo, Brasil, 1997.



## Regina H. O. Martins

GÉNÉREUX, J. *O horror político. O horror não é econômico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

### NOTAS

1 Cf. Bourdieu, conceito de flexploração: “gestão racional de insegurança, que instaurado sobretudo através da manipulação orquestrada do espaço da produção, a concorrência entre trabalhadores dos países com conquistas sociais mais importantes, com resistências sindicais mais bem organizadas – características ligadas a um território e a uma história nacionais – e os trabalhadores dos países menos avançados, socialmente, acaba por quebrar a resistência e obtém a obediência e a submissão, por mecanismos aparentemente naturais, que são por si mesmos sua própria justificação. Essas disposições submetidas e produzidas pela precariedade são a condição de uma exploração cada vez mais ‘bem sucedida’, fundada na divisão entre aqueles que, cada vez mais numerosos, não trabalham, e aqueles que, cada vez menos numerosos, trabalham, mas trabalham cada vez mais. Parece-me, portanto, que o que é apresentado como um regime econômico regido pelas leis inflexíveis de uma espécie de natureza social é, na realidade, um *regime político* que só pode se instaurar com a cumplicidade ativa ou passiva dos poderes propriamente políticos” (*Contrafogos*, p.125).

2 “A democracia só vive da palavra de seus cidadãos. É preciso retomarmos a via dos sindicatos, dos partidos políticos, das associações, de todos esses pontos nos quais a palavra é possível, nos quais o debate existe, nos quais o desgosto solitário pode se transformar em reivindicação coletiva.” (Généreux. p.132)

3 Implica em confiar aos escritórios particulares uma auditoria sistemática sobre a aplicação das principais reformas, sobre o estado das finanças públicas, sobre a situação do mercado de trabalho etc. A competição internacional, muito forte nos grandes escritórios de consultoria, e a necessidade vital de defender suas reputações devem garantir a seriedade e a objetividade desses trabalhos.

4 Généreux nos coloca como sugestão para arcar com a responsabilidade que quando um eleito é declarado culpado - de corrupção, desvio de bens sociais ou malversação do dinheiro público – o que se tem que fazer, no mínimo, é declará-lo inelegível pelo resto da vida. Essa é a única maneira de convencer os cidadãos de que essas faltas são impugnadas pela classe política.

5 Cf. Bourdieu, no estado da Califórnia, um dos mais ricos dos EUA, os orçamentos das prisões é superior ao orçamento de todas as universidades reunidas (pp.45-6).

6 Cf. Bourdieu, comprovadamente foi feito um trabalho constante associando jornalistas, intelectuais e homens de negócios para impor como óbvia uma visão neoliberal que, no essencial, reveste com racionalizações econômicas os pressupostos mais clássicos do pensamento conservador de todos os tempos e de todos os países (p.42).